ARTIGO

SENTIDOS DE REINTEGRAÇÃO FAMILIAR EM CONTEXTOS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

MEANINGS OF FAMILY REINTEGRATION FOR CHILDREN AND ADOLESCENTS IN INSTITUTIONAL CARE CONTEXTS

SIGNIFICADOS DE LA REINTEGRACIÓN FAMILIAR EN CONTEXTOS DE ACOGIMIENTO INSTITUCIONAL PARA NIÑOS Y ADOLESCENTES

GIOVANNA CARBONERA AGRELLA [1]

VITOR ALCEDO CARRASCOSA [2]

CAMILA MARTINS LION [3]

[1] Universidade de São Paulo (USP-RP), Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, SP, Brasil

[2] Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, SP, Brasil

[3] Universidade de Ribeirão Preto (Unaerp), Ribeirão Preto, SP, Brasil

RESUMO: O acolhimento institucional e a reintegração familiar são medidas de proteção voltadas a reparar violações de direitos de crianças e adolescentes. Desafios podem estar presentes: dificuldade em estabelecer vínculos com a família, entraves na aplicação de medidas que visam à concretização da convivência familiar, entre outros. O estudo objetivou apreender os sentidos produzidos com profissionais de psicologia e serviço social acerca das experiências de reintegração e os efeitos na materialização das políticas públicas. A partir de uma perspectiva construcionista social, quatro profissionais participaram de entrevistas, analisadas a partir da Análise Temática Reflexiva. As narrativas contaram versões que transitam entre a impotência perante a fragmentação da rede e a aposta em potencialidades intersetoriais. Conclui-se que a reintegração emerge como uma construção negociada, cuja efetividade vincula-se ao fortalecimento da responsabilidade relacional e ao deslocamento da culpabilização individual das famílias para o compromisso coletivo e partilhado pela rede de garantia de direitos.

Palavras-chave: acolhimento institucional; reintegração familiar; construcionismo social.

ABSTRACT: Institutional care and family reintegration are protective measures aimed at repairing violations of the rights of children and adolescents. Challenges may arise, such as difficulty in establishing bonds with the family and obstacles to implementing measures aimed at achieving family reunification, among others. This study aimed to comprehend the meanings produced by psychology and social work professionals regarding reintegration experiences and their effects on the materialization of public policies. From a social constructionist perspective, four professionals participated in interviews, which were analyzed using Reflexive Thematic Analysis. The narratives told versions that shift between impotence in the face of network fragmentation and a commitment to intersectoral potentialities. It is concluded that reintegration emerges as a negotiated construction, whose effectiveness is linked to the strengthening of relational responsibility and the shift from individual family blaming toward a collective commitment shared by the rights guarantee network.

Palavras-chave: institutional care; family reintegration; social constructionism.

RESUMEN: El acogimiento institucional y la reintegración familiar son medidas de protección orientadas a reparar violaciones de derechos de niños y adolescentes. Pueden presentarse desafíos: dificultad para establecer vínculos con la familia, trabas en la aplicación de medidas que buscan la concreción de la convivencia familiar, entre otros. El estudio se propuso aprehender los sentidos producidos con profesionales de psicología y trabajo social sobre las experiencias de reintegración y los efectos en la materialización de las políticas públicas. Desde una perspectiva construccionista social, cuatro profesionales participaron en entrevistas, analizadas a partir del Análisis Temático Reflexivo. Las narrativas contaron versiones que transitan entre la impotencia ante la fragmentación de la red y la apuesta por potencialidades intersectoriales. Se concluye que la reintegración emerge como una construcción negociada, cuya efectividad se vincula al fortalecimiento de la responsabilidad relacional y al desplazamiento de la culpabilización individual de las familias hacia el compromiso colectivo y compartido por la red de garantía de derechos.

Palavras-chave: cuidado institucional; reintegración familiar; construccionismo social.

Recebido: 26/10/2024
Aceite: 15/03/2026

https://www.doi.org/10.38034/nps.v35i84.816

CC BY

INTRODUÇÃO

O sistema de acolhimento de crianças e adolescentes no Brasil percorreu uma longa trajetória até chegar ao modelo que se tem hoje. Foi um percurso atravessado pela luta por garantia de direitos refletida na Constituição Federal (Brasil, 1988) e, em seguida, pela elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990), em que o Estado, a sociedade e a família passam a assumir o compromisso no cuidado integral das infâncias e adolescências. Os documentos carregam um discurso que abandona o entendimento de "menor" — termo derivado do Código de Menores de 1927 — e reafirma a concepção de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos. Esses direitos podem ser ameaçados ou ainda sofrer violações. A depender do contexto da violação e da avaliação do Judiciário, o acolhimento torna-se uma intervenção possível para a garantia integral dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Quando acolhidas, seja em instituições ou em famílias acolhedoras, as crianças e os adolescentes enfrentam a dificuldade do afastamento familiar, cabendo aos serviços de acolhimento — equipes compostas por profissionais de psicologia e assistência social — articular ações que garantam a convivência familiar e comunitária. Nesse sentido, com o propósito de romper os ciclos de violação de direitos, prioriza-se o processo de reintegração familiar com a família de origem (nuclear ou extensa), acompanhada pelas profissionais técnicas, e, em casos em que não é possível, encaminha-se para o processo de colocação em família substituta (adoção) (Brasil, 2009).

Para compreendermos como se dá a proteção de crianças e adolescentes em nosso país, consideramos essencial descrever brevemente a atuação da rede de proteção socioassistencial, chamada de Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA). O SGDCA atua na esfera de proteção integral das crianças e dos adolescentes por meio da promoção, defesa e controle social. É um "sistema entre sistemas" que articula políticas públicas de saúde, educação, assistência social, trabalho, segurança pública, entre outras. É uma organização que atua como uma rede articulada e composta por diversos equipamentos inseridos nos territórios, tais como Secretaria de Saúde, Conselhos Setoriais, Conselho Tutelar, Organização da Sociedade Civil (OSC), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), Secretaria da Assistência Social, Secretaria da Educação, Ministério Público, Defensoria Pública, Juizado da Infância e Juventude, entre outros (UNICEF, 2021). Esses equipamentos são entendidos como atores indispensáveis na rede de proteção integral e, dessa forma, devem trabalhar em parceria e complementaridade.

O SGDCA articula-se também aos equipamentos inseridos na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) (Brasil, 2005), que estabeleceu as esferas de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial. A primeira diz respeito à prevenção de situações de risco decorrentes da vulnerabilidade socioeconômica ou fragilização dos vínculos afetivos de natureza familiar e social, remetendo tais ações aos programas de Benefício de Prestação Continuada (BPC) e aos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), responsáveis pelo Programa de Atenção Integral à Família (PAIF). Já no que se refere à Proteção Social Especial, a PNAS (Brasil, 2005) a define como uma série de intervenções realizadas quando há violações de direitos e as relações do grupo familiar se encontram fragilizadas ou rompidas.

Dentro da divisão de equipamentos, temos os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) que oferecem apoio e orientação às famílias em situação de risco devido à violação de direitos. Os CREAS realizam a identificação

das necessidades e eventuais encaminhamentos para serviços e programas, assim como visitas domiciliares, realizando intervenções de média e alta complexidade. Quando os vínculos familiares não estão completamente rompidos, caracteriza-se uma intervenção de média complexidade. Já a intervenção de alta complexidade ocorre quando os vínculos estão rompidos e é necessário garantir moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido. É na Proteção Social Especial de Alta Complexidade que se encontram as instituições de acolhimento, no sentido de promover a reorganização da função protetiva da família e evitar a recorrência de violações.

Segundo o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA) disponibilizado pelo Conselho Nacional de Justiça (2026), o Brasil tem cerca de 33.636 crianças e adolescentes em serviços de acolhimento institucional atualmente. Apesar do alto número, a excepcionalidade e a provisoriedade são princípios do acolhimento institucional, uma vez que compreende-se a necessidade de uma avaliação cuidadosa para o afastamento familiar. Ainda, leva-se em consideração que a "falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar" (Brasil, 1990, s. p.) e, além disso, a presença de deficiência intelectual ou física não pode ser suficiente para propor a medida.

As crianças e os adolescentes em situação de acolhimento podem enfrentar a dificuldade do afastamento familiar e os serviços devem aplicar medidas que garantam ao acolhido e à família a sua convivência. Para tanto, torna-se necessário o trabalho dos técnicos junto à família de origem, buscando desenvolver a autonomia dos sujeitos e suas capacidades de cuidado de acordo com as demandas do acolhido e a realidade da dinâmica familiar. Reintegração familiar é o nome dado a esse processo que ocorre com o propósito de garantir a não violação de direitos das crianças e adolescentes e auxiliar a família de origem no que tange ao cuidado e ao exercício da sua parentalidade (Brasil, 2009).

O processo de reintegração familiar pode apresentar muitos desafios em sua prática. Rocha, Arpini e Savegnago (2015) ressaltam a proximidade das profissionais com a família para o bom desenvolvimento da reintegração. Compreendendo a complexidade e diversidade de configurações familiares possíveis, Lacerda (2012) aponta a importância do treinamento do profissional envolvido no processo de reintegração familiar para assumir concepções livres de julgamento e reconhecimento da composição plural das famílias. Pois, ainda neste contexto de ampliação das compreensões sobre família, a mesma autora identifica a presença de "novas leis e velhas práticas" no trabalho de reintegração familiar, ou seja, apesar das leis prezarem pela autonomia e empoderamento, as profissionais podem carregar concepções limitantes e ultrapassadas de trabalho junto às famílias de origem.

As autoras Passos e Silva (2017) destacam a importância do olhar voltado à reconstrução e apreciação dos laços familiares durante o processo de reintegração familiar, assim como a tomada de responsabilidade pelos responsáveis da criança e do adolescente para se obter um resultado significativo da reintegração familiar. Ainda assim, segundo as mesmas autoras, a permanência das violências, por vezes relacionadas ao uso abusivo de álcool e drogas, assim como o abandono dos atendimentos por parte dos familiares, é causa de uma frustração por impotência nas profissionais.

Nesse sentido, o estudo teve como objetivo apreender os discursos e sentidos produzidos pelas profissionais de psicologia e assistência social, em sua prática, acerca dos principais desafios no que se refere ao acolhimento institucional e à reintegração familiar, na materialização das políticas públicas que envolvem a medida de acolhimento institucional, e consequentemente quais efeitos são produzidos por meio deles

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A experiência aqui descrita partiu de uma pesquisa qualitativa sobre as experiências de profissionais que atuam com reintegração familiar em um contexto de acolhimento institucional no interior de São Paulo, focando no trabalho de reintegração familiar. A produção dos dados ocorreu em 2022 e se deu através de entrevistas on-line com quatro profissionais, sendo dois formados em psicologia e dois em serviço social, selecionados através da metodologia de bola de neve (Vinuto, 2014). A coleta de dados foi iniciada após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE: informação suprimida para avaliação da revista) e o contato inicial com um dos entrevistados ocorreu devido à proximidade de um dos pesquisadores com o profissional. A pesquisa foi realizada garantindo os cuidados éticos necessários e os nomes das participantes são fictícios para preservar suas identidades.

As entrevistas foram conduzidas com base no construcionismo social, de modo a respeitar o fluxo discursivo das participantes, permitindo-lhes aprofundar suas reflexões sobre o tema (Aragaki et al., 2014). O roteiro elaborado possuía dois eixos centrais: "conhecendo a trajetória profissional" e "explorando as experiências de acolhimento e reintegração familiar". O segundo eixo abordava questões que exploravam os sentidos relacionados ao trabalho realizado no dia a dia pelas profissionais. Levando em conta que estes possuíam muitas histórias que pudessem informar sobre as dimensões de suas práticas, algumas perguntas que se mostraram mais relevantes, como por exemplo: "se você fosse contar sobre como vem sendo sua experiência com a reintegração familiar junto à família de origem, o que você contaria sobre ela?"; "teve algum momento marcante vivenciado no seu trabalho de reintegração familiar? Se sim, como foi?" e, "como você tem percebido a efetividade da reintegração familiar? Quais são os principais desafios?".

Embora houvesse um roteiro pré-elaborado, os pesquisadores mantiveram flexibilidade para realizar novas perguntas, favorecendo a construção de novos discursos e a ampliação de questões relevantes para a análise subsequente. O objetivo foi aproximar pesquisadores e participantes, de modo que ambos se tornassem parceiros ativos no processo de construção de conhecimento (Rasera, Guanaes-Lozeni, & Corradi-Webster, 2016), focando no que é produzido conjuntamente pelos pesquisadores e participantes a partir das relações que estabelecem (McNamee, 2017). Os resultados não são generalizáveis, mas sim relevantes para uma comunidade específica em determinado contexto cultural e histórico.

As participantes representadas no trabalho foram classificadas seguindo a Tabela 1.

Tabela 1 - Caracterização dos participantes

Nome fictício	Tempo de formação	Trajetória profissional	Formação acadêmica	Tempo de trabalho com acolhimento
Bárbara	10 anos	Estágio no CRAS durante a graduação e até 6 meses após formada. Experiência anterior ao acolhimento com Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Também realizou perícia para a Polícia Federal.	Serviço Social	8 anos
Gabriela	4 anos	Trabalhou por 5 anos em um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e, além da Casa-Abrigo, trabalha com clínica de atendimento psicológico.	Psicologia	1 ano
João	9 anos	Trabalhou como professor escolar substituto, palestrante sobre educação sexual e prevenção de drogas, capacitador em curso profissionalizante em serviço de convivência e educador.	Psicologia	1 ano
Maria	4 anos	Começou uma residência multiprofissional em urgência e emergência no Hospital das Clínicas (não concluída) e Serviço de Acolhimento Institucional.	Serviço Social	1 ano e 3 meses

Todas as entrevistas foram realizadas a partir de um roteiro de perguntas semiestruturado, pautado na proposta de explorar a formação individual das participantes até chegarem ao serviço de acolhimento institucional. A inclusão de questões sobre a trajetória formativa e profissional das participantes justifica-se por uma compreensão construcionista social de que os sentidos produzidos no trabalho não emergem de forma neutra, mas são atravessados por histórias profissionais, campos de saber, experiências institucionais e valores aprendidos ao longo da formação. Paralelamente, foi realizada uma pesquisa teórica acerca da Política Nacional de Assistência Social, dos marcos legais que levaram ao entendimento das crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, do serviço de acolhimento institucional, da reintegração familiar e dos possíveis locais da família de origem dentro do trabalho com as crianças e adolescentes.

Os dados levantados pelas entrevistas foram analisados seguindo a Análise Temática Reflexiva proposta por Braun e Clarke (2006; 2019) e firmados no campo construcionista social para interpretação. Tal processo foi dividido em seis momentos, como sugerido pelas autoras. O primeiro tratou da familiarização com os dados, em que os pesquisadores transcreveram o material produzido, preservando o vocabulário das participantes, revisaram e releram cuidadosamente os dados coletados das entrevistas. Durante esse processo, os pesquisadores também anotaram ideias que acreditavam ser potencialmente relevantes para a análise. Já o segundo momento foi a produção de códigos iniciais, com a releitura dos dados transcritos e a atribuição de rótulos (códigos) nos aspectos que mais chamaram a atenção. Alguns dos códigos criados tiveram como nome: "Entendimento sobre família"; "Trabalho com a família de origem"; "Trabalho com a rede socioassistencial"; "Desafios vivenciados na prática"; "Entendimento de acolhimento institucional"; "Desafio da materialização das práticas legais"; e "Como é feita a reintegração familiar".

Os pesquisadores seguiram para a terceira fase de análise, em que produziram os temas iniciais. Para tanto, as falas foram reanalisadas e ordenadas em cinco temas potenciais/inicias que se mostraram pertinentes ao objetivo da pesquisa. Esses temas foram revisados (quarta fase), compreendendo se cada tema possui uma relação entre si e se representam os sentidos produzidos junto aos dados. Esta fase se mostrou interessante, pois os pesquisadores obtiveram uma compreensão dos temas, entendendo qual a história que seria possível construir junto aos dados. O que se mostrou útil foi a elaboração de tabelas contendo as seguintes colunas: extratos das entrevistas relacionados a cada código, uma síntese de sentidos produzidos por cada participante e uma síntese geral de sentidos produzidos em relação a cada código.

Assim, seguiram para a definição e nomeação dos temas (quinta fase). Neste momento, retornaram à tabela produzida e refinaram os códigos e temas iniciais, chegando a três temas e subtemas finais/definitivos. O primeiro tema, "Acolhimento: na lei uma medida de excepcionalidade e na prática?", articulou os subtemas "Medida excepcional para quem?" e "Em que medida o acolhimento (des)protege?". Este eixo foi construído considerando as narrativas que apontam o descompasso entre a norma e a prática, sustentado por sentidos de que o acolhimento se prolonga, transformando-se em uma moradia institucionalizada que questiona a própria função protetiva da medida. O segundo tema, "Vivências no trabalho que visa promover a reintegração familiar", englobou subtemas como a "Descredibilização da família de origem e invisibilização do histórico intergeracional", a "Responsabilização do cuidar" e as "Divergências entre a lei e a realidade institucional". Os sentidos aqui produzidos relacionam-se com o trabalho com famílias que são frequentemente narradas como incapazes, o que produz uma invisibilização dos históricos de violação intergeracional que as constituem. O terceiro tema, "Como realizar a reintegração familiar com uma rede protetiva desintegrada?", articulado pelos subtemas "Sobrecargas dos serviços da rede" e "Falha na

prevenção e sucateamento das políticas públicas", focou-se na produção de sentidos sobre a fragilidade estatal, em que a ausência de suporte da rede socioassistencial é narrada como o principal impedimento para o sucesso da reintegração familiar.

Por fim, os pesquisadores seguiram para a escrita do manuscrito final (defendido em modalidade de Trabalho de Conclusão de Curso), o qual corresponde à fase chamada por Braun e Clarke (2019) de produção do relatório. Neste momento, houve um cuidado para que a escrita pudesse ser reflexiva e que articulasse analiticamente os sentidos produzidos com aspectos da literatura — sendo um importante momento de aprendizado para os dois primeiros autores deste artigo.

Frente à amplitude dos dados levantados na pesquisa original, os pesquisadores optaram pela escrita deste artigo com o objetivo de realizar um recorte analítico, dedicando-se exclusivamente à discussão e reflexão sobre o terceiro tema. A escolha por este eixo justifica-se por entendermos que o tema explora aspectos que deslocam a culpabilização das famílias atendidas pelos serviços de acolhimento institucional, de forma a refletir sobre as dimensões que desafiam a materialização das políticas sociais em suas diferentes possibilidades e contextos. Os sentidos construídos sobre tais práticas permitem compreender os impasses na efetividade das medidas, bem como as nuances envolvidas nas relações junto à rede socioassistencial e às famílias atendidas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As narrativas construídas nas entrevistas destacaram os sentidos de impotência do trabalho técnico e de ineficácia do serviço desempenhado na reintegração familiar, em certa medida, pela dificuldade em articular os equipamentos da rede socioassistencial e pelo sucateamento de políticas públicas nos cuidados preventivos e no acompanhamento pós-reintegração. Foi construído o entendimento de que a prevenção realizada pela rede mostra-se, muitas vezes, "deficitária", visto a incidência de violações de direitos anteriores à medida de acolhimento. João e Maria narraram a rede a partir de tais termos.

> [...] eu acho que é precário, acho que o acompanhamento deveria ser maior, tem uma falta de profissionais ali, digamos assim né? Eu vejo assim a necessidade de se abrir mais CREAS por exemplo, eu vejo que a rede está sobrecarregada, porém ao mesmo tempo eu vejo uma… não sei como falar isso… eu vejo que não tem o acompanhamento que deveria ter, a rede não faz o acompanhamento que deveria ter com as famílias e com as crianças e adolescentes. Principalmente antes do abrigo, eu vejo que, como eu disse, muitas crianças acabam indo para o abrigo por falta desse acompanhamento de perto da rede, eu vejo que é bem precário (João).

> [...] começa como se a rede de proteção socioassistencial funcionasse, essas crianças não estariam no acolhimento, então a gente tem dificuldade de tentar garantir até mesmo coisas básicas para essas crianças, né. Então é difícil com que o CRAS e o CREAS façam o acompanhamento dessa família, a gente sabe às vezes a superlotação deles, poucos funcionários, alta demanda, mas a gente tem muita dificuldade de tentar efetivar um trabalho ali com eles, então eu vejo que é bem falho a relação da instituição com essa rede de proteção (Maria).

Essas narrativas, ao mesmo tempo, dizem sobre uma rede sobrecarregada e o trabalho realizado pelos equipamentos do SUAS, ao passo que não mencionam a responsabilidade e atuação de outros equipamentos de cuidado intersetoriais, como saúde e educação — os quais também acompanham as famílias, identificando violências e atuando dentro do seu escopo longitudinalmente. Isso se sustenta na fala de João, que reforça o sentido de que há falta de CREAS — equipamento que se localiza na proteção especial no SUAS e tem foco mais interventivo e não preventivo como os CRAS. Além disso, quanto às necessidades entendidas pelas profissionais, as falas apresentam desafios e lacunas, mas, ao mesmo tempo, uma dificuldade de compreender concretamente se a falta é de mais serviços, profissionais ou estruturação do trabalho.

Nos discursos construídos há uma lógica de fragmentação entre o serviço de acolhimento e o restante dos equipamentos da rede, que gera questionamentos sobre se as profissionais se entendem como parte da mesma. Ainda podemos questionar como isso reflete na tentativa de contribuir para uma maior articulação entre os serviços, visto a horizontalidade e responsabilidade relacional da própria lógica de rede. Levando este questionamento mais adiante, se a rede é composta por todos os serviços, o que acontece se cada serviço entender que o problema é a rede? Nesta perspectiva, a responsabilidade relacional propõe um entendimento das situações como conjuntamente criadas no intercâmbio entre as pessoas (McNamee & Gergen, 1999). Ao transpor essa ideia para a lógica de rede no SGDCA, a efetividade da proteção integral deixa de ser um atributo de uma instituição específica e passa a ser compreendida como uma inteligibilidade relacional, ou seja, algo que emerge da qualidade das interações e da coordenação entre os diferentes serviços (Camargo-Borges & Mishima, 2009). Quando os profissionais narram a rede como algo externo que "não funciona", eles podem estar, paradoxalmente, desinvestindo da sua própria parcela de responsabilidade na manutenção desse diálogo, uma vez que a rede é uma produção que depende do engajamento e do vínculo entre todos os seus atores.

Segundo Garey, Cícero e Silva (2019), a ausência de ações preventivas anteriores ao acolhimento é decorrente de uma perspectiva das profissionais da rede de direcionar para a instituição antes que sejam realizadas intervenções do CRAS ou CREAS. Segundo o Relatório de Pesquisa do Instituto Bem Cuidar (2023), juízes e conselheiras tutelares de alguns territórios não possuem a prática de realizar trabalho de prevenção à ruptura do vínculo familiar, de maneira a decretar primeiro a medida de acolhimento para então buscar as famílias, sendo mais recorrente o trabalho junto à família extensa. Segundo João e Maria, uma das consequências desse entrave é a sobrecarga do serviço de acolhimento: "[...] então vem sendo uma experiência assim, trabalhosa pelo que eu disse anteriormente, da rede não funcionar, então a gente ter que executar muito mais a parte que seria da rede do que nossa (Maria)".

> É expectativa e realidade, né? Eu sinto uma grande falta na verdade da rede, eu vejo que é muito desamparado, é… É bem empacado o serviço, é muito serviço para pouca pessoa, acaba ficando empacado o serviço, no sentido de quando eu falo da rede em si, o acompanhamento da rede. Tem o caso por exemplo de crianças que foram, já estão na reintegração familiar, já estão morando com a família, já retornaram para casa e eu preciso do apoio do CREAS, para fazer esse acompanhamento direto da criança… (João).

Novamente, a rede é qualificada como não funcional, que não acompanha e não sustenta o trabalho esperado. Essa narrativa não apenas descreve a rede, mas a constitui simbolicamente como insuficiente, ausente ou travada. Ao dizer que "a rede não funciona", as profissionais produzem uma versão compartilhada da realidade institucional, que passa a orientar sentimentos, expectativas e ações. Tal fala destaca a oposição

entre expectativas e uma realidade vivenciada, criando um campo de frustração e sobrecarga. Na fala de João há uma caracterização simbólica da rede como efeito de relações institucionais precarizadas em vez de uma falha individual de profissionais específicos, o que desloca a responsabilização do sujeito para a organização social do trabalho, gerando um sentido de impotência coletiva diante da rede.

Essa narrativa pode tanto legitimar críticas estruturais quanto, paradoxalmente, naturalizar e cristalizar a precariedade, ao torná-la uma realidade aparentemente dada e pouco passível de transformação. Essas falas não apenas refletem o contexto institucional, mas participam ativamente da sua manutenção ou transformação das redes que são produzidas a partir do discurso e que consequentemente geram efeitos diretos para o trabalho, para as profissionais e para as famílias cuidadas.

Os entrevistados apontaram também desafios para elaborar o Plano Individual de Atendimento (PIA) em rede integrada. Segundo o ECA (Brasil, 1990), o PIA deve ser prioridade imediata da equipe técnica do serviço de acolhimento, pois deve conter as avaliações interdisciplinares, previsão de atividades a serem desenvolvidas, além dos compromissos que são assumidos pela família, acolhidos e pela rede. Bárbara apontou a dificuldade encontrada para que os equipamentos se façam presentes nas reuniões de construção do PIA.

> E aí deveria ser construído (PIA) assim, a gente fazer uma reunião, uma conferência de caso, todos os serviços participarem dessa conferência, propor as ações, como que seria para os próximos passos… Só que assim, nem a conferência de casos a gente consegue propor, e quando propõe muitos serviços não aparecem (Bárbara).

A partir dos sentidos construídos, a rede parece operar com um entendimento pouco consolidado sobre quem detém a responsabilidade pelo cuidado após a institucionalização da criança, predominando uma lógica de "responsabilização individual" que alterna o encargo entre família e instituição, como se o cuidado devesse necessariamente recair sobre um único polo. Essa concepção fragmentada tensiona a construção do PIA, que se caracteriza como um trabalho essencialmente relacional, marcado por negociações contínuas de significado acerca do cuidado compartilhado e por expectativas quanto à divisão de tarefas e ao cumprimento de metas que nem sempre correspondem às condições reais dos serviços. Nesse sentido, o PIA não se reduz a um instrumento técnico de aplicação pragmática orientado a um produto final, mas configura-se como uma tecnologia leve, conforme Merhy (2002), produzida nas relações entre profissionais, usuários e rede, que depende do vínculo, do diálogo e da construção de sentido no encontro, cuja potência reside na qualidade das interações e pactuações estabelecidas. Contudo, quando persiste a lógica unilateral de responsabilização, enfraquece-se justamente a dimensão negociada que sustenta o cuidado como construção coletiva.

O acolhimento foi narrado como um ponto de chegada de falhas anteriores, que deixa de ser apresentado apenas como uma medida protetiva e passa a ser significado como evidência de ausências acumuladas ao longo do percurso da criança e da família, como mostra a fala de Gabriela, que relatou a dificuldade em identificar as ações prévias da rede quando o acolhido chega à instituição.

> [...] então quando uma criança chega pra gente, o que que a gente vai olhar? O que que foi feito, o que que pôde ser trabalhado com essa família antes, que garantia de direitos essa família teve? Que essa criança e esse adolescente tiveram? E assim, muitas vezes não teve nenhum trabalho antes quando essa criança chega pro acolhimento [...] (Gabriela).

Essa fala reforça a ideia de que o acolhimento surge como uma resposta emergencial a uma sequência de não-intervenções, deslocando o foco da criança ou da família para o sistema de proteção social. Assim, contribui para um entendimento compartilhado de que o problema não está apenas na situação familiar, mas na insuficiência das ações preventivas e intersetoriais. A profissional Gabriela também relatou a dificuldade financeira das famílias e a importância de políticas públicas. O ECA (Brasil, 1990) estabelece que a vulnerabilidade socioeconômica por si só não pode caracterizar uma situação de violação de direitos ou ainda ser motivo para o afastamento familiar em contexto de acolhimento. Porém, devido ao sucateamento de políticas públicas, o aumento das desigualdades sociais torna as famílias ainda mais vulneráveis a situações de violações de direitos.

> [...] a dificuldade financeira pode levar a um acolhimento institucional de novo, essa família pode não dar conta [...] mas assim, não deixa de ser uma família que atua dentro de suas funções, elas educam, elas garantem os direitos das crianças, só que a questão financeira em algum momento faz com que esses direitos sejam violados [...] Então aí o Estado precisa garantir minimamente um auxílio (Gabriela).

Essa articulação discursiva constrói a família como competente no cuidado, na educação e na garantia de direitos, tensionando discursos hegemônicos que associam pobreza à negligência. É produzida uma narrativa que redefine o problema, deslocando-o da moralidade familiar para as condições sociais que atravessam essa família. Ao nomear a pobreza como questão estrutural, abre-se espaço para práticas que reconheçam a família como parceira e não como problema. Assim, as profissionais constroem o acolhimento institucional não como consequência de uma "família que falha", mas como resultado de falhas nas condições sociais de cuidado, convocando o Estado a assumir sua função na produção e na proteção dos direitos das crianças.

Nota-se que os sentidos construídos com as participantes remetem a uma reflexão importante de Paiva, Moreira e Lima (2019): como as famílias podem ser responsabilizadas por um contexto de enxugamento das políticas públicas e reprodução de desigualdades sociais? A ausência de políticas públicas amplia a vulnerabilidade social e dificulta sua superação, levando as famílias de origem a assumir o lugar de responsabilização individual pelas negligências e violações de direitos. Tal posicionamento da família como única responsável parece estar presente nas políticas de assistência desde sua construção (Santos, 2017) — porém, é algo tensionado nas práticas e contextos de trabalho, como indicam os sentidos que as profissionais dessa pesquisa construíram.

Os equipamentos da rede também se mostram ausentes no período após a reintegração familiar, o que pode relacionar-se a reincidências de acolhimentos, uma vez que as famílias continuam desamparadas. Segundo o participante João, quando "[...] a família está se responsabilizando, está assistida, está bem cuidada, estão trabalhando, então está acontecendo, tá sendo bom o desenvolvimento. Mas assim, a gente tem que estar acompanhando para que não tenha reincidência". Tal fala denota o profissional como avaliador, que valida e autoriza a continuidade do "bom desenvolvimento". A família, por sua vez, é posicionada como alguém que precisa manter-se dentro de determinados parâmetros para continuar sendo reconhecida como adequada. Essa fala convida à reflexão crítica sobre como o acompanhamento é significado: ele pode reforçar relações de tutela e suspeita permanente, ou pode ser reconstruído discursivamente como parceria, confiança e fortalecimento da autonomia familiar.

Outras falas caracterizam o abrigo como espaço de contenção das falhas da rede, reforçando um lugar de centralidade e, ao mesmo tempo, de sobrecarga: "Eles (crianças

e adolescentes) são carentes desse apoio da rede, digamos assim, e, por exemplo, como eu citei, o caso da criança que já teve a reintegração faz 6 meses e o CREAS não fez nenhuma visita ainda, então o abrigo acaba fazendo esse papel de abrigo e CREAS" (João).

> [...] e quem deveria fazer esse acompanhamento mais próximo, fazer essa ponte entre os equipamentos seria o CREAS, porém a gente sabe que isso não acontece assim, tem caso onde eles fazem uma visita só depois da reintegração durante o mês todo, sendo que a gente faz cinco. (Maria).

Essas falas novamente convidam a refletir sobre como os discursos sobre falha, ausência e sobrecarga circulam na rede, fortalecendo práticas compensatórias, mas também cristalizando relações de desconfiança entre serviços. Nesse discurso é reforçado o questionamento sobre como transformar para favorecer práticas mais colaborativas, responsáveis e menos centralizadas no abrigo. Diante das dificuldades dos equipamentos da rede em se articularem para o cuidado integral das crianças e adolescentes, o acolhimento institucional foi percebido como a "UTI" da assistência social.

> Se a gente tivesse agentes de saúde em todos os núcleos de família [...] a gente teria menos acolhimentos na minha visão, porque? Porque o agente vai até a casa ali todos os dias, ele entra na residência, ele tem vínculo com a família, ele tá dentro do território, então se acontece alguma coisa ali na casa daquela pessoa, logo vai parar no posto, todo mundo tá sabendo! Seria mais efetivo do que a gente trabalhar com os serviços terciários como o abrigo, que é praticamente a UTI da assistência social! Que só cuida depois que a coisa já tá muito ruim (Bárbara) .

Nesse trecho, a profissional valoriza o trabalho de agentes comunitários de saúde que, ao construírem um bom vínculo com as famílias, podem ser ponte de cuidado e referência. Essa fala denota um sentido importante frente aos outros relatos de construção de rede, quando apresenta a Estratégia de Saúde da Família como possibilidade de cuidado psicossocial, de vínculos e longitudinalidade. Essa fala indica outras possibilidades de construção de rede, com a saúde e a educação, por exemplo, na oferta de ações de cuidado, sendo menos sintomáticas da ineficácia dos equipamentos e da culpabilização individual de equipamentos da assistência.

Por fim, ainda que as entrevistas enfatizem a precarização e a fragmentação da rede socioassistencial, vale considerarmos que ela não foi narrada apenas como uma instância de falha. Bárbara apontou isso quando disse que "a rede, ao mesmo tempo que compõe, às vezes dificulta um pouquinho, mas ela mais compõe do que dificulta", indicando que sua atuação é atravessada por tensões e que há nuances em relação às suas narrativas de possibilidades. Tal ambivalência convida a um deslocamento analítico: se a rede é frequentemente narrada a partir de suas falhas, o que acontece quando voltamos o olhar para os momentos em que ela funciona? Que práticas tornam possível a corresponsabilização entre os serviços? A rede aparece, assim, como componente importante para a construção de um olhar integral sobre a vida das crianças e adolescentes, possibilitando que diferentes dimensões (escolar, saúde, jurídica, social e territorial) sejam consideradas. Nesse sentido, os impasses relatados não anulam sua relevância, mas contam de uma efetividade que depende das condições materiais e estruturais de funcionamento e de uma responsabilidade relacional assumida entre

os serviços. Quando conectados a esses valores de corresponsabilização, os serviços podem operar como dispositivos na garantia de direitos e de cuidado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo compreender os sentidos produzidos com profissionais técnicos de psicologia e serviço social no processo de reintegração familiar junto às famílias de origem, no contexto de acolhimento institucional de crianças e adolescentes. Desse modo, buscou-se, a partir das experiências narradas, compreender os principais desafios enfrentados pelos profissionais e os impactos de suas visões sobre as possibilidades de trabalho e (des)construção da rede. A partir das entrevistas e da discussão, a análise abordou discursos e sentidos de impotência no trabalho técnico, dificuldades de articulação do trabalho em rede, déficit de medidas preventivas, reincidência de violências, sobrecarga dos equipamentos do SUAS, fragmentação entre serviços, bem como potencialidades no resgate do cuidado intersetorial.

O Plano Individual de Atendimento (PIA) se destacou como tensor entre os sentidos de cuidados de responsabilidade da família e dos serviços, negociando continuamente o sentido de cuidado com as famílias e a rede, fortalecendo-se quando empregado no diálogo, no vínculo e na responsabilidade relacional. Notou-se que a compreensão das vulnerabilidades sociais e econômicas em que as famílias vivem contrapõe-se à lógica de responsabilização unilateral das famílias advindas desses cenários, reforçando o trabalho junto com a família e responsabilizando o Estado pela função de proteger os direitos. Além disso, percebeu-se que os serviços da rede socioassistencial foram amplamente mencionados na responsabilização de ações de prevenção e de acompanhamento posterior à reintegração, ao mesmo tempo em que são vistos como sobrecarregados. Por outro lado, relatos sobre a inserção de outros setores, como a saúde, indicam potencial para ampliar as ações de cuidado no território e fortalecer a funcionalidade do trabalho em rede. Vale salientar que o estudo abarcou a realidade de algumas instituições de acolhimento em um município no interior do estado de São Paulo. Não houve a pretensão de relatar a realidade de todos os acolhimentos institucionais, mas sim compreender "como" se dá o trabalho de reintegração familiar em certas localidades e determinados contextos culturais e históricos. Este estudo valorizou as trocas relacionais entre os profissionais e os pesquisadores, de modo a produzir sentidos e realidades. Tornam-se importantes novas pesquisas na área de acolhimento institucional e reintegração familiar, em especial estudos que busquem compreender outros sentidos e experiências satisfatórias de possibilidades de construção de cuidado em rede, por outros atores da rede, para famílias em processo de reintegração familiar, a fim de problematizar como os sentidos produzidos pelas participantes nesta pesquisa se aproximam, se tensionam ou se diferenciam no diálogo entre suas narrativas.

REFERÊNCIAS

Aragaki, S. S. et al. (2014). Entrevistas: negociando sentidos e coproduzindo versões de realidade. In M. J. P. Spink (orgs.). *A produção de informação na pesquisa social:* compartilhando ferramentas. (pp. 57-72). Rio de Janeiro, RJ: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.

Brasil (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

Brasil (1990). *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm.

Brasil (2009). *Orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes.* Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - Conselho Nacional dos 64 Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Nacional de Assistência Social. https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes-tecnicas-servicos-de-alcolhimento.pdf.

Brasil (2005). *Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004; Norma Operacional Básica – NOB/Suas.* Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de Assistência Social. https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf.

Braun, V. & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative research in psychology*, *3*(2), 77-101.

Braun, Virginia, & Clarke, Victoria (2019). Reflecting on reflexive thematic analysis. *Qualitative Research in Sport, Exercise and Health, 11*(4), 589–597. https://doi.org/10.1080/2159676X.2019.1628806.

Camargo-Borges, C., & Mishima, S. M.. (2009). A responsabilidade relacional como ferramenta útil para a participação comunitária na atenção básica. *Saúde E Sociedade, 18*(1), 29–41. https://doi.org/10.1590/S0104-12902009000100004.

Conselho Nacional de Justiça (2026). *Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento - SNA*. https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=ccd72056-8999-4434-b913-f74b5b5b31a2&sheet=e78bd80b-d486-4c4e-ad8a-736269930c6b&lang=pt-BR&opt=ctxmenu,currsel&select=clearall.

Garey, A. G., Cícero, E. A. C. R., & Silva, M. da R. O. da. (2021). Motivos declarados e motivos observados de acolhimento institucional. *(SYN)THESIS*, *12*(2), 91–103. https://doi.org/10.12957/synthesis.2019.60426.

Lacerda, F. S. (2012). *Como ocorre a reintegração familiar? Investigando esse processo em uma amostra de crianças acolhidas.* Dissertação de Mestrado em Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto. https://teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59137/tde-11102013-153717/pt-br.php.

Mcnamee, S. (2017). Pesquisa como construção social: investigação transformativa. In M. A. Grandesso (Org.). *Práticas colaborativas e dialógicas em distintos contextos e populações*: um diálogo entre teoria e práticas (pp. 459- 479). Curitiba, PR: CRV.

McNamee, S. & Gergen, K. J. (1999). *Relational Responsibility, Resources for sustainable dialogue*. London: Sage Publication. International Handbooks.

Merhy, E. E. (2002). *Saúde: a cartografia do trabalho vivo em ato*. São Paulo: Hucitec.

Paiva, I. L. de ., Moreira, T. A. S., & Lima, A. de M.. (2019). Acolhimento Institucional: famílias de origem e a reinstitucionalização. *Revista Direito e Práxis*, *10*(2), 1405–1429. https://doi.org/10.1590/2179-8966/2019/40414.

Passos, J. R. dos, & Silva, I. M. da. (2017). Perspectivas de Profissionais sobre Acolhimento de Crianças e Adolescentes e Reintegração Familiar. *Nova Perspectiva Sistêmica*, *26*(59), 71-86. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-78412017000300006&lng=pt&tlng=pt.

Fundo das Nações Unidas para Infância - UNICEF (2021). *Diagnóstico do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescent*e. https://www.unicef.org/brazil/media/13601/file/diagnostico-do-sistema-de-garantia-de-direitos-da-crianca-e--do-adolescente.pdf.

Rasera, E., Guanaes-Lorenzi, C., & Corradi-Webster, C. (2016). Pesquisa como prática social: o pesquisador e os "outros" na produção do conhecimento. Athenea Digital. *Revista de Pensamiento e Investigación Social,* 16(2), 325-347.

Relatório de Pesquisa do Instituto Bem Cuidar (2023). *Vozes (in)escutadas e rompimento de vínculos: pesquisa sobre crianças e adolescentes em cuidados alternativos, egressos/as e risco a perda de cuidado parental no Brasil.* Poá, SP: Instituto Bem Cuidar. https://institutobemcuidar.org.br/pesquisas-2/.

Rocha, P. J., Arpini, D. M., & Savegnago, S. D. O. (2015). Acolhimento institucional: percepções de familiares que o vivenciaram. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, *67*(1), 99-114. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672015000100008&lng=pt&tlng=pt.

Santos, Wederson Rufino dos (2017). O circuito familista na política de assistência social. *Textos & Contextos* (Porto Alegre), *16*(2), 388–402. https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/24250/16419.

Vinuto, J. (2014). A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas, 22*(44), 203–220. https://doi.org/10.20396/tematicas.v22i44.10977.

GIOVANNA CARBONERA AGRELLA

Psicóloga. Mestranda em Psicologia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (USP-RP). Membra do Laboratório de Pesquisas em Práticas Dialógicas e Colaborativas (Dialog-USP). Graduada em Psicologia pela Universidade de Ribeirão Preto (Unaerp).
E-mail: giovannaagrella@hotmail.com
https://orcid.org/0009-0009-9291-1779

VITOR ALCEDO CARRASCOSA

Psicólogo formado pela Universidade de Ribeirão Preto (Unaerp), especialista em Saúde da Família, egresso do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).
E-mail: vitor.alcedo@gmail.com
https://orcid.org/0009-0009-2943-6143

CAMILA MARTINS LION

Doutora em Psicologia pela FFCLRP-USP . Especialista em Intervenção Familiar Sistêmica pela Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto - FAMERP (2013). Certificada Internacionalmente em Práticas Colaborativas e Dialógicas pelo Houston Galveston Institute and The TAOS Institute e Interfaci. Membro do grupo de pesquisa do CNPq, DIALOG: Laboratório de Pesquisa em Práticas Dialógicas e Colaborativas.
E-mail: clion@unaerp.br
https://orcid.org/0000-0001-6096-6024